

Carta Local dos Direitos Humanos

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros do município de Odivelas e dos seus direitos iguais constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz municipal;

Considerando que o desconhecimento dos direitos do munícipe poderá conduzir a atos de negligência que revoltam a consciência da pessoa na sua cidadania e que o início de uma cidade onde os seus cidadãos sejam livres de falar e contribuir com as suas sugestões para o desenvolvimento socioeconómico da comunidade é importante;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do munícipe através de um regime de direito, para que não aconteça um sentimento de opressão e austeridade;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento das relações amistosas entre os munícipes, associações, entidades, dentro da cidade de Odivelas;

Considerando a importância da dignidade e do valor do munícipe, da igualdade de direitos do homem e das mulheres, do progresso social e das melhores condições de vida;

Considerando que o município de Odivelas se comprometeu a promover, em cooperação com os seus munícipes, o respeito pelos seus munícipes e das liberdades fundamentais para se viver em cidadania;

Considerando que a prática comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação ao compromisso pelos direitos do munícipe enquanto cidadão Odivelense:

O Conselho Municipal da Juventude de Odivelas,

Proclama a presente Carta Local dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os munícipes de Odivelas, a fim de que todos, individualmente ou coletivamente, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem local, pela educação e ensino, o seu reconhecimento e a sua aplicação prática dentro de todo o concelho de Odivelas, bem como com outras comunidades com quem o município mantém relações socioeconómicas e culturais.

Artigo 1º

Todos os seres humanos munícipes do concelho de Odivelas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos de cidadania. Ditados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Todos os munícipes podem invocar os seus direitos e as suas liberdades inerentes à sua cidadania, proclamados na presente Carta, sem distinção de etnia, de estrato social, de sexo, de língua, de religião, de opinião pública ou de qualquer outra situação. Além de que não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político ou jurídico da naturalidade do munícipe, caso não seja natural de Odivelas.

Artigo 3º

Todo o indivíduo munícipe tem direito à vida em cidadania, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém, como munícipe de Odivelas, será submetido a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 5º

Todos os munícipes têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 6º

Todos os munícipes são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Carta e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 7º

Todos têm direito a recurso efetivo para as jurisdições locais, nacionais e internacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 8º

Todo o munícipe acusado de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente comprovada em julgamento público e será garantido o seu direito à defesa;

Artigo 9º

Nenhum munícipe sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais atos todo o munícipe tem direito a proteção da lei.

Artigo 10º

1. Todo o munícipe tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência dentro do município de Odivelas.
2. Todo o munícipe tem o direito de abandonar a cidade de Odivelas e o direito de regressar quando quiser.

Artigo 11º

Nenhum munícipe pode ser alvo de perseguição decorrente da sua etnia ou estrato social ou por questões sociais, políticas ou culturais, sendo livre de procurar outra cidade para habitar se assim o quiser.

Artigo 12º

Todo o munícipe tem direito a uma naturalidade, tendo o direito de arbitrariamente habitar noutro local que não o do concelho de Odivelas.

Artigo 13º

1. A partir de idade núbil, o munícipe tem o direito de casar e constituir família, sem restrição alguma de etnia, naturalidade ou religião. Durante o casamento ou na sua dissolução todo o munícipe tem o direito à proteção conferida pela lei.
2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros cônjuges.

3. A família é um elemento fundamental da comunidade e tem o direito a proteção social e judicial.

Artigo 14º

1. Todo o munícipe tem direito à propriedade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 15º

Todo o munícipe tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, implicando este direito a liberdade de mudar de religião ou convicção, assim como a liberdade de manifestá-la sozinho ou em associação, tanto em público como em privado, pela prática, pelo ensino, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 16º

Todo o munícipe tem direito à liberdade de expressão e de opinião, o que implica o direito de não ser julgado socialmente pelas suas opiniões e de poder procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 17º

1. Todo o munícipe tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 18º

1. Todo o munícipe tem o direito de tomar parte da direção dos negócios públicos do município, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo o munícipe tem o direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

Artigo 19º

1. Todo o munícipe tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições de igualdade e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego, nas condições prevista na lei.
2. Todo o munícipe tem direito a fundar com outros munícipes sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 20º

Todo o munícipe tem direito ao descanso e ao lazer. Todo o munícipe tem direito à sua felicidade.

Artigo 21º

Todo o munícipe tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar a si e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e à assistência social.

Artigo 22º

1. Todo o munícipe beneficiará de manuais escolares gratuitos, no primeiro ciclo do ensino básico público, em função da disponibilidade financeira do município.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade do munícipe de Odivelas e ao reforço dos direitos do ser humano cidadão e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todos os agentes, individuais ou coletivos, da comunidade.
3. Todas as crianças e jovens munícipes têm direito a frequentar a Escola Pública;
4. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 23º

Nenhum munícipe do concelho de Odivelas poderá ficar privado do direito à saúde por questões políticas, religiosas, de género ou económicas.

Artigo 24º

Todo o munícipe tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de desfrutar as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

Artigo 25º

Todo o munícipe tem direito a que reine, no plano social e cultural, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e liberdades enunciados na presente Carta.

Artigo 26º

1. O munícipe tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade e consciência.
2. No exercício deste direito e na prática destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros cidadãos e a fim de satisfazer as exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa comunidade democrática.

Artigo 27º

Nenhuma disposição da presente Carta pode ser interpretada de forma a envolver para qualquer comunidade ou cidadão o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.